



A RACIONALIDADE DA CRENÇA EM DEUS NA EPISTEMOLOGIA RELIGIOSA DE ALVIN PLANTINGA

Djoni Schallenberger¹

RESUMO

Este artigo apresenta a defesa da racionalidade da crença em Deus desenvolvida pelo filósofo reformado Alvin Plantinga, a partir de sua redefinição como crença apropriadamente básica. Será examinada a epistemologia religiosa de Plantinga inserida no contexto das transformações recentes no campo da filosofia analítica da religião, seguida da exposição da crítica de Plantinga ao fundacionismo clássico, cujo colapso teria reaberto a viabilidade epistemológica da crença em Deus. Segue-se a defesa plantingiana da crença em Deus como crença apropriadamente básica, que teria bases experienciais identificáveis, mas dispensaria qualquer evidência ou demonstração racional, mostrando a orientação firme da construção plantingiana em direção a uma forma plenamente externalista de epistemologia. As considerações finais oferecem uma breve reflexão sobre o significado cultural e espiritual da epistemologia reformada de Plantinga.

PALAVRAS-CHAVE:

Crença; Epistemologia; Fé e Razão; Filosofia Reformada; Fundacionismo.

¹ Escritor, Palestrante, Educador; Mestre em Ciências da Religião (UMESP); Especialista em Filosofia (FIJ); Especialista em Pedagogia Social (FACEL); Especialista em Educação a Distância (FACEL); Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFPR); Bacharel em Teologia (FTBP). profdjoni@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Com efeito, foi pela admiração que os homens começaram a filosofar tanto no princípio como agora; perplexos, de início, ante as dificuldades mais óbvias, avançaram pouco a pouco e enunciaram problemas das maiores, como os fenômenos da Lua, do Sol, e das estrelas, assim como a gênese do universo.

ARISTÓTELES, Metafísica I

A primeira pergunta que deveria ser corretamente formulada é: Por que há algo em vez de nada?

Goofried Wilhelm Leibniz

Começando após a Segunda Guerra Mundial, a filosofia analítica da religião vem atingindo enormes proporções incluindo um crescente número de estudiosos e abrangendo uma variedade de assuntos, como o problema da linguagem religiosa, a relação entre religião e ciência, o problema mente e corpo, o problema do mal, a teoria da verdade, e especialmente as questões acerca da existência de Deus. Um dos principais ramos desta filosofia é o movimento da epistemologia reformada, liderado por William Alston, Alvin Plantinga, George Mavrodes e Nicholas Wolterstorff. Desses, Plantinga, considerado um teísta analítico, é, provavelmente o mais importante. O foco desta pesquisa está em analisar a teoria plantingana da crença em Deus como crença apropriadamente básica.

Primeiramente apresenta este artigo Alvin Plantinga por meio de uma breve biografia, que procura ressaltar suas principais obras, desenvolvimento acadêmico e influência no campo da filosofia analítica da religião atualmente. Em seguida são apresentados os pressupostos com os quais dialoga formando os alicerces de sua teoria. Um deles é a influência do naturalismo ou teologia natural, ramo da teologia que procura comprovar a existência de Deus à parte de fontes de revelação autorizada por Deus, cujo interesse acompanhou o surgimento da filosofia analítica da religião. Plantinga desenvolveu também uma crítica ao fundacionismo clássico, cujo colapso teria reaberto a viabilidade epistemológica da crença em Deus.

Após estabelecer todo “pano de fundo”, é apresentada a teoria da racionalidade da crença em Deus com base na epistemologia reformada de Alvin Plantinga. A crença em



Deus como crença apropriadamente básica, que teria bases experienciais identificáveis, mas dispensaria qualquer evidência ou demonstração racional, mostrando a orientação firme da construção plantingiana em direção a uma forma plenamente externalista de epistemologia. Para isto foi imprescindível considerar neste capítulo a emergência do conceito de garantia epistêmica (*warrant*). Nele, Alvin Plantinga desenvolve a questão de autorização da epistemologia, segundo a qual a verdadeira convicção é transformada em conhecimento. Desta forma, discute-se que o crucial a autorizar ou garantir é o próprio funcionamento das faculdades cognitivas da pessoa no tipo certo de ambiente cognitivo.

Este estudo poderá ajudar na resposta a uma pergunta básica: será possível manter a racionalidade ao crer? O tema proposto se impõe pela recorrência das discussões na filosofia analítica da religião, mais especificamente nas questões acerca da existência de Deus. Embora Alvin Plantinga seja pouco conhecido no Brasil, seu pensamento filosófico configura um dos mais importantes e proeminentes no âmbito da filosofia analítica da religião atuante atualmente, além de fornecer uma compreensão dos avanços das discussões acerca da existência de Deus como um dos tópicos centrais da filosofia da religião.

2. DESCONSTRUÇÃO: PRESSUPOSTOS DA EPISTEMOLOGIA REFORMADA DE ALVIN PLANTINGA

*Onde está o sábio? Onde o escriba? Onde o questionador deste século?
Porventura não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?
(São Paulo, Bíblia Sagrada, 1Coríntios 1.20)*

O problema da racionalidade da crença em Deus é uma das mais tradicionais questões da Filosofia da Religião. Se entendermos a filosofia como a busca dos fundamentos conceituais do que é e/ou do que se diz por meio da razão argumentativa, sem dúvida, este é um tema central da atividade desta área do conhecimento filosófico. Por outro lado, percebe-se que este tema não está recluso no âmbito da filosofia da religião, mas permeia a filosofia geral como um de seus problemas clássicos.



Neste capítulo, será importante que, primeiramente, se esboce uma breve biografia de Plantinga, com o objetivo duplo de situar o filósofo Alvin Plantinga em seu contexto, bem como o estimado leitor deste trabalho.

Ao expor os aspectos centrais da defesa da racionalidade da crença em Deus, será imprescindível esclarecer o que se entende por Filosofia Analítica e Epistemologia Reformada na proposta do filósofo norte-americano Alvin Plantinga.

A seguir tratar-se-á de explanar, ainda que sucintamente, acerca das principais temáticas com as quais Plantinga dialoga ao fundamentar sua epistemologia, a saber, o fundacionismo clássico, o evidencialismo e o deontologismo clássico.

Nesta caminhada não será possível desviar de um confronto da filosofia clássica e medieval com a filosofia reformada, e assim trilhar pelas teorias do evidencialismo, internalismo e externalismo, objetivando a demonstração filosófica plantingiana de que a crença em Deus não exige nenhum argumento ou evidência para ser racional.

2.1. ALVIN PLANTINGA

Quem é Alvin Plantinga? Qual sua importância como filósofo? Em que contexto está inserido este pensador? Qual sua relação com a filosofia analítica da religião? Os parágrafos seguintes têm por objetivo responder as estas questões.

Alvin Plantinga é natural de Ann Arbor, Michigan, EUA, nascido em 15 de novembro de 1932. Em 1951 entrou para o Calvin College, onde recebeu a influência do filósofo cristão William Harry Jellema. Mais tarde, em 1954 estudou na Universidade de Michigan. Neste período conheceu e teve como colegas William Alston e William Frankena, que mais tarde contribuíram para a formulação da epistemologia reformada.

Plantinga obteve seu doutoramento pela Yale University no período de 1955 a 1958. Atuou como professor na Universidade Estadual de Wayne, e depois passou aproximadamente vinte anos ensinando no *Calvin College*, onde estudou. Atualmente é professor de filosofia na Universidade de Notre Dame (*Notre Dame University*), onde se encontra um dos maiores centros de Filosofia dos Estados Unidos, e sede do Centro de



Filosofia da Religião (*Center for Philosophy of Religion*), o mais importante da América do Norte. Sua influência tem sido reconhecida ocupando cargos como vice presidente da divisão central da *American Philosophical Association*, entre 1980 a 1981, e presidente da *Society of Christian Philosophers*, de 1983 a 1986.

Alvin Plantinga é um dos principais protagonistas do movimento chamado “epistemologia reformada” (*reformed epistemology*). Dividindo o “palco” com outros pensadores como William Alston, George Mavrodes e Nicolas Wolterstorff.

As obras de maior relevância de Plantinga tratam de temas epistemológicos, em especial a epistemologia reformada. Neste sentido Alvin escreveu uma trilogia epistêmica publicada pela Oxford University Press, sob os títulos: "*Warrant: the Current Debate*", "*Warrant and Proper Function*" e "*Warranted Christian Belief*". Nestas obras, Plantinga propõe uma forma externalista de justificação epistêmica baseada no conceito de “função própria” (*proper function*), um conceito próximo do confiabilismo, mas que pressupõe a noção de que o aparelho humano de formação de crenças é basicamente adequado. Sobre isto será tratado no segundo capítulo desta monografia. Plantinga apresenta uma crítica detalhada do fundacionismo clássico e do naturalismo (temas que serão tratados no decorrer do presente capítulo), fornecendo uma defesa da racionalidade do teísmo cristão, incluindo não somente a crença em Deus como também as doutrinas clássicas do Cristianismo, e, além disso, ao apresentar uma refutação importante do naturalismo filosófico, procura mostrar que a crença no Darwinismo pressupõe uma confiança epistemológica coerente com a visão teísta do ser humano e dos processos cognitivos (embora o Darwinismo seja considerado contrário ao teísmo), mas incoerente com as pressuposições naturalistas.

Ao argumentar e apresentar tais pensamentos, Plantinga se projetou como o principal filósofo cristão no mundo contemporâneo.²

2.2. FILOSOFIA ANALÍTICA

² Estes dados biográficos foram extraídos da página oficial de Alvin Plantinga na website: <http://philofreligion.homestead.com/plantingapage.html>.



Alvin Plantinga trilha pelos caminhos da filosofia analítica da religião. Mas de que falam os filósofos hoje quando falam em *filosofia analítica*? O artigo de João Fonseca³ propõe algumas reflexões. Segundo ele, embora de um modo mais velado do que explícito, eles parecem adotar o espírito e a letra da proposta histórica e conceitual desenvolvida por Michael Dummett. O horizonte de delimitação favorecido por Dummett parece conceder um nicho auto-justificado e pré-estabelecido que conduz ao “horizonte reconfortante de trabalho filosófico” a que se refere Jales Ribeiro. Em particular, a abordagem de Dummett garante várias ‘comodidades intelectuais’ importantes: uma conciliação histórica entre a escola americana e inglesa, a eleição de Frege como fundador, o fornecimento de um objeto (a linguagem) e de um método (a análise lógica). Neste contexto, surge Richard Rorty que para justificar este entusiasmo dos filósofos pela filosofia analítica diz que

A filosofia "analítica" é mais uma variante da filosofia kantiana, uma variante marcada principalmente pela consideração da representação como mais linguística do que mental, e da filosofia da linguagem em detrimento da "crítica transcendental". (RORTY, 1988, p.18)

Desta forma, como aponta Fonseca, a acentuação na linguagem como objeto de estudo e a análise lógica como instrumento metodológico parecem constituir-se como os postos fronteiriços que guardam hoje o terreno da filosofia analítica na sua generalidade. Um curioso sintoma desta constatação é a capa do próprio livro de Jales Ribeiro que apresenta um "exercício de lógica" (uma árvore semântica); uma discreta e subliminar remissão paratextual para o ‘inconsciente coletivo’ da comunidade filosófica que urge em se qualificar como "analítica".

Por fim, Recanati enuncia quatro características que assumem a marca identificadora da filosofia analítica:

1) a clareza e sobriedade; 2) o recurso a argumentos; 3) a precisão, a minúcia e o caráter explícito das teses e dos argumentos; 4) a recusa de reduzir a filosofia à história da filosofia (...) todas estas características se prendem, de perto ou de longe, com o que chamei de "espírito científico", definido pela intersubjetividade. (RECANATI, 1993, p.14)

³ João Fonseca é doutor em filosofia pela Universidade de Nova Lisboa, e seu artigo trata de algumas reflexões a partir da leitura de “Para compreender a História da Filosofia Analítica” de Henrique Jales Ribeiro.



2.3. EPISTEMOLOGIA REFORMADA

A Epistemologia Reformada se configura como uma posição dentro da abordagem analítica da relação entre religião e conhecimento. Trata-se de uma epistemologia reformada pela ênfase especial na análise do teísmo cristão, decorrido após o movimento da Reforma, que busca discutir a questão da racionalidade ou da justificação (nas palavras de Plantinga) da crença em Deus ou crença religiosa a partir da inspiração dada por João Calvino e outros representantes do pensamento cristão reformado.

No pensamento de Plantinga, deve-se entender a epistemologia reformada como uma forma de responder à tendência predominante na epistemologia do teísmo de só aceitar que a crença em Deus seja justificada se for baseada em fatos ou argumentos universalmente aceitáveis.

Assim sendo Assim, segundo a tendência predominante à qual Plantinga se opõe, se os argumentos a favor do teísmo são mais fortes, então a crença em Deus é justificada, se os argumentos contra o teísmo são justificados, então o ateísmo é justificado e se ambos os grupos de argumentos são igualmente fortes, então a posição justificada é o agnosticismo (PLANTINGA, 1999, p.384).

No entanto, a tradição reformada entende que submeter a fé a uma situação tão instável é incompatível com o que se entende mesmo por fé no sentido cristão original, pois “crença em Deus significa confiar em Deus, aceitar Deus, aceitar seus propósitos, comprometer a própria vida com Ele e viver na sua presença”⁴ (PLANTINGA, 1983, p.18). E é por causa dessa insatisfação que filósofos ligados a essa tradição teológica propuseram uma alternativa à posição predominante.

2.4. EVIDENCIALISMO

⁴ “Belief in God means *trusting* God, accepting God, accepting his purposes, committing one’s life to him and living in his presence”. Tradução livre.



Dá-se o nome de evidencialismo à posição segundo a qual uma crença só é racionalmente justificada se tiver argumentos e fatos a seu favor;⁵ em decorrência do temo evidência, pode-se acrescentar que seja “incontestável, que todos vêem ou podem ver e verificar”⁶.

A questão, segundo Plantinga, é saber por que o evidencialismo é a melhor posição em relação à justificação da crença em Deus, quando, por outro lado, se dispensam argumentos para que se julguem justificadas crenças como a da existência do passado ou da existência de outras mentes (PLANTINGA, 1999, p. 384).

Plantinga aponta que uma das lições cruciais que se pode aprender com a filosofia moderna de Descartes a Hume é que nossas crenças cotidianas mais comuns podem ser fortemente questionadas em sua probabilidade em vista das proposições que racionalmente se pode fundamentar, sejam elas relativas à existência da *res cogitans* ou às impressões dos sentidos (PLANTINGA, 1983, p.59). Neste sentido, se o evidencialismo for levado a sério, corre-se o sério risco de cair num incontornável “atoleiro cético”.

Para Plantinga, a forma tradicional de tratar a questão da racionalidade da crença em Deus une o evidencialismo ao fundacionismo clássico.

2.5. FUNDACIONISMO CLASSICO

Fundacionismo é a tese epistemológica que distingue as crenças racionalmente aceitáveis tidas por um sujeito *S* entre básicas e não-básicas. Compreende-se que as crenças básicas são aceitáveis em si mesmas, enquanto que as não-básicas são assumidas com fundamento naquelas outras, tidas como evidentes ou certas, por meio de argumentos dedutivamente válidos.⁷

⁵ PORTUGAL, A. C. *O Cristão Contra-ataca*. Artigo, Universidade de Brasília, Depto de Filosofia. Disponível em: http://www.gpfr.unb.br/arquivos/plantinga_e_o_naturalismo.pdf. p.4.

⁶ *Evidência*, Verbete, Dicionário Michaelis, versão *on line*. 2000.

⁷ PORTUGAL, op cit. p.5.



A versão clássica do fundacionismo, segundo Plantinga, seria a que se tem, por exemplo, nas obras de Descartes e Locke (PLANTINGA, 2000, p.84). Neste caso, há dois tipos apenas de crenças que são racionalmente aceitáveis como certas para *S* e que seriam, assim, “propriamente básicas”: crenças acerca da vida mental perceptiva de *S* (como “Acho que estou vendo um objeto *x*” ou “Parece que não estou entendendo a proposição *p*”) e proposições auto-evidentes à razão (como “ $2+1=3$ ” ou “penso, logo existo como ser pensante”). Uma vez que a crença de que Deus existe não é acerca de um estado mental de *S* e tampouco é auto-evidente (pois é possível, sem contradição, entendê-la sem aceitá-la como verdadeira), então o teísmo não pode ser adequadamente considerado uma crença básica, segundo o fundacionismo clássico. E é por não ser uma crença básica que a crença na existência de Deus precisa ser fundamentada em argumentos.

2.6. CRENÇAS DEONTOLÓGICAS

Plantinga aponta para uma estreita relação entre ética e epistemologia envolvida na crítica do fundacionismo clássico ao teísmo. Autores como Bertrand Russell, David Hume e mesmo John Locke defendiam a tese de que se tratava de um dever moral aceitar apenas as proposições para as quais se têm razões para aceitar. O exemplo mais eloqüente desse aspecto deontológico das crenças em geral é de um texto de W. K. Clifford, *The Ethics of Belief*:

Resumindo: é errado, sempre, em todo lugar e para qualquer pessoa, acreditar em qualquer coisa com base em dados insuficientes. Se um homem, sustentando uma crença que lhe foi ensinada na infância ou dela persuadido posteriormente, dá pouca importância e afasta de si qualquer dúvida que surja em sua mente sobre ela, evita propositalmente a leitura de livros e a companhia de homens que a questionem ou discutem e vê como ímpias aquelas questões que não podem facilmente ser perguntadas sem a perturbarem – a vida desse homem é um longo pecado contra a humanidade. (CLIFFORD, 1992, p.34).

A aplicação da advertência de Clifford à crença em Deus foi bastante direta, segundo Plantinga. O teísta deveria sustentar sua crença em dados organizados argumentativamente. Caso sua crença não fosse sustentada assim, ele poderia ser acusado de estar agindo de modo imoral. Em outras palavras, o problema da racionalidade da crença em Deus seria, entre outras coisas, uma questão *de jure*, um problema ético.



Assim, na medida em que os argumentos da teologia natural⁸ são questionáveis, não é facultado ao religioso manter uma atitude de fé tal como a descrita acima. Ao tomar tal atitude, o crente religioso estaria fazendo “algo errado”, para usar a expressão de Clifford, cometendo “um pecado contra a humanidade”, pois a irracionalidade seria uma forma de imoralidade.

O desafio para a crença em Deus do ponto de vista epistemológico, segundo Plantinga, teria sido colocado nos termos da conjugação dos três elementos apontados acima: o evidencialismo, o fundacionismo e o deontologismo. A essa concepção epistemológica Plantinga dá o nome de “pacote clássico”, que teria sido enormemente influente na teoria do conhecimento desde o iluminismo (PLANTINGA, 2000, p.82). A Epistemologia Reformada põe em questão essa concepção, pois entende que, mesmo não sendo deduzida de quaisquer argumentos, mesmo que o crente não seja capaz de formular nenhum desses argumentos, a crença em Deus pode ser tida como perfeitamente adequada e racional. A resposta à este desafio se dá tanto numa crítica aos pressupostos assumidos por ele quanto numa teoria do conhecimento alternativa, capaz de responder algumas das principais questões colocadas para a epistemologia contemporânea.

2.7. OBJEÇÕES DE ALVIN PLANTINGA

Plantinga argumenta que se o evidencialismo, como já fora dito anteriormente, for justamente aplicado a todas as crenças, fará com que se caia num “atoleiro cético”.

Da mesma forma, segundo Plantinga, o conceito de fé citado a cima, implica que o cristão aceite a crença em Deus como básica, como um dos pilares de sua estrutura de crenças (PLANTINGA, 1983, p.72), Ocorre que isto é inaceitável para o fundacionismo clássico, por ser restritivo demais. Plantinga sustenta que o principal problema e que por isso autoriza abandonar definitivamente o fundacionismo clássico é que ele se revela

⁸ Consiste na tentativa de demonstrar a racionalidade da crença em Deus a partir de provas racionais e/ou evidências empíricas de sua existência, isto é, a tentativa de construir o conhecimento de Deus ou certos aspectos do conhecimento de Deus a partir da natureza (ou da revelação natural), sem apelo direto à graça (ou revelação redentiva).



inconsistente consigo mesmo. Isso se deve ao fato, de que, aplicado a si mesmo, o fundacionismo clássico não cumpre seus próprios requisitos de aceitação de uma crença. Em outras palavras, a crença de que “devemos restringir as crenças propriamente básicas apenas a proposições auto-evidentes e àquelas referentes a estados mentais do próprio sujeito” não se encaixa em nenhuma dessas duas categorias, e como não decorre de nenhum argumento dedutivamente válido, os próprios postulados do fundacionismo clássico se encarregam de se auto-eliminar (PLANTINGA, 2000, p.94-95).

Nesta linha de pensamento, o deontologismo clássico também parece padecer de problemas sérios. A exigência de só crer em uma proposição se houver fundamentos suficientes em dados e argumentos pode não ser possível de ser cumprida (PLANTINGA, 1983, p.34). A infração de uma exigência que não pode ser cumprida dificilmente pode ser considerada imoral. Assim, é questionável se está no controle humano a capacidade de decidir que crença se vai ter ou não.

2.8. NATURALISMO ONTOLÓGICO

Antes de adentrar na proposta plantingiana de epistemologia, entenda-se a questão do naturalismo e sua influência no pensamento de Plantinga.

Por naturalismo ontológico entende-se a visão de mundo segundo a qual os estados de coisas, os objetos e as relações entre eles são constituídas exclusivamente por entes e situações que se dão num plano natural. Esse plano se define pela limitação aos fatos que se dão no espaço e no tempo e que são, ao menos possivelmente, acessíveis à experiência comum. Isso exclui a manifestação de entidades sagradas, pois estas se definem por uma alteridade transcendente com a qual alegadamente só é possível se relacionar de maneira religiosa, numa forma de integração mística, que busca romper os limites do espaço e do tempo. A experiência mística, por sua vez, é uma forma de relação incomum e não controlável metodicamente, o que a distingue da experiência dos objetos naturais. Assim,



por definição, a visão de mundo naturalista não aceita, na consideração dos estados de coisa e suas relações, os entes e situações ditos sobrenaturais.⁹

Convém esclarecer que quando Plantinga refere-se ao “argumento evolutivo contra o naturalismo ontológico”, não está atacando a teoria da evolução darwiniana, mas a conjunção do naturalismo com a tese de que os seres humanos evoluíram daquela maneira (PLANTINGA, 2002, p.1).

Plantinga argumenta que a probabilidade de que o aparato cognitivo humano (*C*) seja confiável, em vista da conjunção entre naturalismo e teoria evolutiva (*N&E*) é baixa ou inescrutável. Assim, conclui Plantinga:

E isso significa que a conjunção de naturalismo com evolução é auto-destrutiva, de modo tal que não se pode racionalmente aceita-la. Acrescentei ainda que quem quer que aceitasse o naturalismo deveria também aceitar a evolução; evolução é a única alternativa disponível para o naturalista com respeito à questão de como toda essa variedade de flora e fauna apareceu. Se for assim, então, finalmente, o naturalismo é pura e simplesmente auto-destrutivo e não pode ser racionalmente aceito – em todo caso, por quem quer que esteja informado deste argumento e veja a conexão entre *N&E* e *C*. (PLANTINGA, 2002, p.12).

Em outras palavras, o naturalismo ontológico, aceitando-se as teses da teoria evolutiva, que o próprio Plantinga não nega, mas que são ainda mais afeitas ao naturalista, acaba chegando a uma situação na qual ele mesmo não se sustenta em termos racionais. A crença no naturalismo ontológico, em vista desse argumento, seria totalmente sem garantia, pois, segundo ele mesmo sustenta, o aparato cognitivo humano estaria voltado para produzir comportamentos adaptativos e esses poderiam decorrer de crenças falsas, como seriam as crenças religiosas, para o naturalista.

Diante da rejeição do evidencialismo, do fundacionismo clássico e do deontologismo, volta a pergunta principal: como fica a racionalidade da crença em Deus?

A primeira sugestão de Plantinga é defender que não haveria razão para negar a essa crença o caráter básico na estrutura de crenças daqueles que têm fé. Assim, o crente religioso poderia estar justificado em sua crença teísta mesmo não apresentando um argumento cognitivo em favor do teísmo. Por outro lado, é possível que não haja nenhuma violação de dever epistêmico ao se acreditar na existência de Deus em termos básicos. Há

⁹ PORTUGAL, op cit, p.17.



de se verificar a possibilidade de que não esteja em poder da pessoa que crê o deixar de acreditar em Deus, bem como mesmo que aquele que crê não se recuse a ler autores críticos ao teísmo, mesmo que ele esteja aberto a ouvir idéias e viver situações nas quais sua crença em Deus seja posta em questão, pode ser que isso não o convença, e ainda poderá ser que seja perfeitamente óbvio que Deus exista, podendo ser não apenas uma crença importante, mas uma evidência.

Por outro lado, se o ser religioso pode tomar a existência de Deus como uma crença básica, por que o mesmo não poderia ser feito em relação a qualquer crença? Por que não pensar, por exemplo, que a crença em duendes é justificada para um sujeito na medida em que for básica para ele? E ainda, essa categorização da crença em Deus como básica não a torna inalcançável por qualquer possibilidade de crítica? Isso não acaba tornando-a trivial? É em vista desse tipo de problema que Plantinga formulou uma teoria do conhecimento alternativa, que tem como centro não mais as noções de racionalidade ou justificação, mas as de “função própria” (*proper function*) e “garantia” (*warrant*).

Posta também a questão do naturalismo ontológico, surge, então, a necessidade de responder com a argumentação teísta cristã acerca da confiabilidade da cognição humana para comprovar ou não a capacidade da racionalidade da crença em Deus. Este será o viés da argumentação da epistemologia reformada de Alvin Plantinga.

3. CONSTRUÇÃO: A EPISTEMOLOGIA REFORMADA DE ALVIN PLANTINGA

Os críticos iluministas da razoabilidade da crença religiosa apontam efeitos não tanto nas crenças religiosas, mas sim nos conceitos de conhecimento dotados de maneira inquestionável base para suas críticas. Talvez o conhecimento religioso pareça dúbio porque temos a idéia errada sobre o que é conhecer alguma coisa e como conhecemos aquilo que conhecemos.

C. STEPHEN EVANS¹⁰

O caminho a ser percorrido para apresentar a epistemologia reformada de Alvin Plantinga passa principalmente por sua importante trilogia epistêmica. Com o intuito de

¹⁰ EVANS, C. S., apud MORELAND, op cit, p 197.



compreender a possibilidade da crença em Deus, Plantinga constrói sua proposta epistemológica argumentando com proposições da justificação pragmática, do evidencialismo e do naturalismo. Plantinga enfoca a crença religiosa sem garantia e a garantia sem evidência. Em seguida a noção de crença básica será fundamental para a construção da crença apropriada, justificada e garantida, culminando com sua percepção teísta cristã acerca da garantia interna.

3.1. JUSTIFICAÇÃO PRAGMÁTICA - CRENÇA RELIGIOSA SEM GARANTIA

Duas suposições têm sido vigorosamente desafiadas pelos epistemólogos contemporâneos. De um lado, de acordo com o evidencialismo e, se as crenças religiosas devem ser justificadas, e assim sendo, devem ter provas que as apóiem. Neste sentido, Michael Scriven assevera que, se alguém afirma que "o teísmo é um tipo de crença que não precisa de justificação pela evidência", então deve haver "alguma outra maneira de verificar se ela é correta, além de procurar por provas que a apóiem"(SCRIVEN, 1966, p 99), mas isso não pode estar certo porque "qualquer método usado para mostrar que uma crença tem possibilidade de ser verdadeira é, por definição, uma justificação daquela crença, isto é, um apelo à razão". (SCRIVEN, 1966, p 99) Nesse ponto, Scriven equipara o apegar-se a uma crença justificável com o ser capaz de mostrar que a crença é verdadeira, e o autor assume que um apelo à razão com o objetivo de justificar uma crença envolve o fornecimento de provas para ela.¹¹

Segundo Scriven, um grande número de pensadores tem argumentado que uma pessoa pode ter justificação pragmática¹² para se apegar a uma crença, totalmente à parte de ser ela epistemologicamente justificada ou conhecida pela pessoa que a sustenta. Em contrapartida, Alvin Plantinga propõe a justificação epistêmica como garantia, aquela propriedade que serve para transformar uma simples crença verdadeira em conhecimento. Os proponentes dos argumentos pragmáticos buscam mostrar que, às vezes, têm-se direito de ter crenças para as quais não se tem garantia. Um argumento pragmático busca dar

¹¹ SCRIVEN, Michael. *Primary Philosophy*. New York: McGraw-Hill, 1966, p. 99.

¹² A pragmática aqui é vista como prática social concreta, que analisa a significação linguística de acordo com a interação existente entre quem fala e quem ouve, do contexto da fala, os elementos sócio-culturais em uso e, também, dos objetivos, efeitos e consequências desse uso.



fundamento para que se tenha uma crença em particular por causa dos benefícios obtidos com base nela. Neste sentido, Jeff Jordan distingue dois tipos de argumentos pragmáticos: os dependentes da verdade e os independentes da verdade. Para ele, um argumento dependente da verdade recomenda que se tenha determinada crença por causa dos grandes benefícios a serem alcançados caso ela venha a ser verdadeira. Um argumento independente da verdade recomenda que se tenha uma crença por causa dos grandes benefícios a serem alcançados por se ter essa crença caso ela se mostre ou não verdadeira.¹³

O mais celebrado e freqüentemente discutido argumento pragmático dependente da verdade é a aposta de Pascal, criativa concepção de Blaise Pascal, o genial matemático francês. Ele argumentou, convincentemente, que a crença em Deus é pragmaticamente justificável porque não temos nada a perder e tudo a ganhar se for adotada. Embora a aposta de Pascal possa ser formulada de diversos modos, uma boa maneira de compreendê-la é por meio da construção de uma matriz de recompensas mostrando a vantagem esperada pelas escolhas de uma pessoa em relação à verdade da crença de que Deus existe. Pascal arrazoa que se eu acreditar que Deus existe e se, no final, isso for verdade, então eu recebo o céu em troca do pequeno sacrifício de renunciar aos prazeres do pecado por um tempo. Se eu acreditar e, no final, descobrir que Deus não existe, então eu não ganho nada e sofro a perda finita dos prazeres do pecado aos quais renunciei. Por outro lado, se eu não acredito e, no final, revela-se que Deus realmente existe, então recebo os prazeres do pecado durante um tempo à custa de perder a vida eterna. Se eu não creio e, no final, realmente Deus não existir, então eu tenho o ganho finito dos prazeres proporcionados por meu estilo libertino de viver.¹⁴ Desta forma, fica claro que acreditar em Deus tem mais vantagem esperada do que não crer. Portanto, mesmo na ausência de prova preponderantemente favorável ao teísmo, deve-se acreditar na existência de Deus.

Um bom exemplo de um argumento pragmático independente da verdade favorável à crença teísta pode ser encontrado no estudo *A disposição para crer*, de William James.

¹³ Cf. JORDAN, J. apud MORELAND, op cit, p. 203.

¹⁴ PASCAL, B. *Pensamentos*. Verona: Demetra, 1995. Ver também NICOLA, U. *Antologia ilustrada de filosofia*. São Paulo: Globo, 2005. p. 242,243.



Escrito em resposta ao pronunciamento de W. K. Clifford de que é errado - sempre, em todo lugar e para qualquer pessoa - acreditar-se em alguma coisa com base em evidências insuficientes, James demonstra que às vezes é possível ser justificado pragmaticamente em se dispor a acreditar em alguma coisa na ausência de provas sobre sua verdade. Em casos nos quais não se tem evidência preponderante favorável à crença, pode-se lançar mão de considerações pragmáticas, insiste James, se, e somente se, a crença for uma opção genuína, isto é, uma escolha viva, significativa e compulsória. Escolha viva é aquela que apresenta uma crença à qual se pode dar genuíno consentimento. Uma escolha é significativa se há grandes interesses envolvidos, se ela representa uma oportunidade rara e se suas conseqüências são irreversíveis. Por último, uma escolha é compulsória se não há opção de permanecer indiferente, se o seu abandono é, efetivamente, optar por não acreditar. James sustenta que as crenças religiosas satisfazem esses critérios. Além do mais, ele estava convencido de que a crença religiosa é benéfica nesta vida, a despeito de suas promessas para a vida futura. Seus estudos o haviam convencido de que os crentes religiosos são pessoas mais equilibradas, mais felizes e mais virtuosas do que os que não crêem. Independentemente da verdade da religião, portanto, desta forma, a crença religiosa é benéfica e, diante de tais benefícios, é pragmaticamente justificada.

3.2. EPISTEMOLOGIA DE PLANTINGA - GARANTIA SEM EVIDÊNCIA

Um dos mais significativos desenvolvimentos da epistemologia religiosa contemporânea tem sido chamado de epistemologia reformada, liderada e desenvolvida por Alvin Plantinga, que atinge diretamente a construção evidencialista da racionalidade. A epistemologia de Plantinga desenvolveu-se gradualmente no transcorrer de três décadas, mas o autor articulou plenamente suas idéias numa série monumental de três volumes chamada *Warrant: the current debate*, de 1993, *Warrant and proper function*, também de 1993, e *Warranted Christian belief*, de 2000.

Plantinga faz distinção entre o que ele chama de objeções *de facto* e objeções *de jure* à crença cristã. Uma objeção *de facto* se volta para a verdade da fé cristã; ela tenta mostrar que as afirmações de verdade da fé cristã são falsas. Em contraste, uma objeção *de jure* tenta minar a fé cristã mesmo que o cristianismo seja, de fato, verdadeiro. Plantinga



identifica ainda três versões da objeção *de jure*: a crença cristã é *injustificada*, é *irracional* e é *não-garantida*. O objetivo de Plantinga é mostrar que todas as objeções *de jure* lançadas sobre a crença cristã são mal sucedidas, ou, em outras palavras, que a crença cristã pode ser demonstrada como injustificada, irracional ou não-garantida apenas se for demonstrado que as crenças cristãs são falsas. Assim sendo, não existem objeções *de jure* à crença cristã independente de uma objeção *de facto*.

Plantinga empenha-se em mostrar isso ao desenvolver um modelo ou teoria da garantia da crença cristã que equivale a uma explicação de como se pode saber a verdade sobre várias afirmações de verdade cristãs. Em favor de seu modelo, Plantinga não afirma que ele seja verdadeiro, mas que ele é epistemologicamente possível, ou seja, até onde se sabe, ele pode ser verdadeiro. Também que, se o cristianismo é verdadeiro, então não existem objeções filosóficas ao modelo. E ainda que se o cristianismo é verdadeiro, então alguma coisa semelhante ao modelo tem grande possibilidade de ser verdadeira. Desse modo, Plantinga lança-se em dois projetos, um público e um cristão: primeiramente seu motivo é mostrar que não há razão para pensar que a crença cristã é desprovida de justificação, racionalidade e garantia (independentemente de pressupor sua falsidade), e depois, fundamentando-se numa perspectiva cristã, fornece um relato epistemológico de uma crença cristã garantida.

Considere-se, então, a objeção *de jure* a uma crença religiosa, por exemplo, a de que Deus existe. De acordo com o evidencialista, mesmo que seja verdade que Deus exista, é injustificado e irracional acreditar que Deus exista, a não ser que haja provas que fundamentem essa crença. Pois, de acordo com o evidencialista, alguém está racionalmente justificado em acreditar que uma proposição é verdadeira somente se a proposição for fundacional ao conhecimento ou se estiver estabelecida por uma prova que, por fim, seja baseada em uma tal fundação. De acordo com esse ponto de vista, uma vez que a proposição *Deus existe* não é fundacional, seria irracional acreditar nela sem a presença de evidência racional para sua verdade. Para Plantinga, somente as proposições que sejam apropriadamente básicas podem ser parte da fundação do conhecimento, bem como, apenas proposições que sejam auto-evidentes ou incorrigíveis são apropriadamente básicas. Por exemplo: a proposição "A soma do quadrado dos catetos de um triângulo retângulo é igual ao quadrado da hipotenusa" é auto-evidentemente verdadeira. De maneira



similar, a proposição expressa pela frase "Eu sinto dor" é incorrigivelmente verdadeira, uma vez que, mesmo que eu esteja apenas imaginando meu ferimento, ainda assim é verdadeiro o fato de eu sentir dor. Uma vez que a proposição *Deus existe* não é nem auto-evidente nem incorrigível, então, de acordo com o evidencialista, ela não é apropriadamente básica; portanto, exige uma evidência para que se possa nela crer. Crer nessa proposição sem evidência é, portanto, irracional.¹⁵

Nesse ponto, Plantinga não nega que as proposições auto-evidentes e incorrigíveis sejam apropriadamente básicas, mas questiona como é possível saber que essas são as únicas possibilidades de proposições, ou crenças, apropriadamente básicas, e apresenta duas considerações para provar que tal restrição é insustentável. Primeiro, se apenas as proposições auto-evidentes e incorrigíveis forem apropriadamente básicas, então os seres humanos são todos irracionais, uma vez que é comum aceitar diversas crenças que não são baseadas em provas e que não são nem auto-evidentes nem incorrigíveis. Por exemplo, compare-se a crença de que o mundo não foi criado cinco minutos atrás com o fato de acreditar na existência de traços inerentes da memória, ou na presença de alimentos no estômago, que foram ingeridos no café-da-manhã que realmente jamais foram tomados, ou outros aspectos temporais dessa ordem. Certamente é racional acreditar que o mundo já existia há muito mais do que cinco minutos, embora não haja maneira de ser provado. Desta forma, tem-se que o critério evidencialista para a basicidade apropriada deve ser falho. A segunda consideração diz respeito à condição desses critérios. Ou seja, a proposição "somente proposições que sejam auto-evidentes ou incorrigíveis são apropriadamente básicas" não seria em si mesma uma proposição apropriadamente básica, pois ela certamente não é auto-evidente nem incorrigível. Portanto, para acreditar nessa proposição, deve-se ter prova de que ela é verdadeira. Mas tal prova não existe. A proposição parece ser apenas uma definição arbitrária e, ainda por cima, não muito plausível. Conseqüentemente, o evidencialista não pode excluir a possibilidade de que a crença em Deus também seja uma crença apropriadamente básica.

¹⁵ Cf MORELAND, 2006, p. 206.



3.3. CRENÇA BÁSICA - NATURALISMO

Alvin Plantinga argumenta que, de uma forma ou de outra, o naturalismo em geral e o naturalismo evolucionário em particular levam ao ceticismo.¹⁶ De acordo com Plantinga, o conhecimento é crença verdadeira garantida, e uma crença tem garantia para algumas pessoas apenas no caso de a crença ("apenas em caso de" significa "se e somente se") ter sido formada por faculdades cognitivas que estão funcionando apropriadamente e estão em conformidade com um bom planejamento, num ambiente cognitivo apropriado para a maneira como as faculdades foram planejadas, e quando o planejamento destas faculdades objetiva a obtenção da verdade. Aqui, o ponto importante é que, de acordo com Plantinga, a garantia é uma noção normativa, e uma parte essencial da garantia é que as faculdades estejam funcionando apropriadamente, isto é, funcionando da maneira que devem. Como a função apropriada é normativa (compreendida em termos da maneira que as faculdades humanas devem funcionar), a "função apropriada" não pode ser entendida como mera descrição da maneira estatisticamente usual ou normal na qual as faculdades humanas, de fato, funcionam.

Ora, a noção de funcionamento apropriado, compreendido como funcionar da maneira que algo deve funcionar, faz sentido claro para os artefatos planejados por uma inteligência. Porque a afirmação de que algo funciona da maneira como deveria é facilmente compreendida em termos de funcionamento em conformidade com o que foi planejado. Assim um motor funciona apropriadamente se funcionar da maneira conforme planejada. Aqui, se conhecimento pressupõe crença garantida, e se garantia das crenças pressupõe que essas crenças foram produzidas por faculdades que funcionam apropriadamente, e se a noção de faculdades que funcionam apropriadamente pressupõe a noção de que foi planejada para funcionar de uma certa maneira, logo o planejamento pressupõe um planejador.

Os naturalistas devem uma explicação do que significaria para os seres humanos ter faculdades cognitivas e sensoriais que funcionem apropriadamente, e que evitasse a idéia de um planejador; segundo Plantinga, essas explicações não foram bem-sucedidas. Todos eles, de uma forma ou de outra, definem "funcionamento apropriado" em termos do

¹⁶ PLANTINGA, Alvin. *Warrant and proper function*. New York: Oxford University Press, 1993, c. 11-2.



funcionamento que é estatisticamente normal, usual (em geral, um coração funciona normalmente se funcionar como a maioria dos corações o faz), ou de uma maneira que intensifique o valor de sobrevivência dos organismos que possuem o órgão ou faculdade em questão. Contudo, não dão uma noção normativa das faculdades que funcionam apropriadamente; e, de qualquer modo, o indivíduo pode definir funcionamento apropriado em termos da teoria da evolução e do valor de sobrevivência, pois, mesmo se a evolução for verdadeira, essa é uma verdade contingente (a evolução poderia ser falsa; na verdade, é mais provável que seja falsa) e não poderia haver faculdades que funcionassem apropriadamente mesmo se a evolução tivesse sido falsa. Portanto, a verdade da evolução não pode ser requerida para dar o sentido das faculdades que funcionam apropriadamente. Qualquer que seja a explicação que se apresente para as faculdades que funcionam apropriadamente, ela deveria se aplicar a mundos possíveis em que a evolução seja verdadeira e a mundos em que seja falsa. A definição que capta a essência real de algo, no caso as "faculdades que funcionam apropriadamente", não pode aplicar-se acidentalmente à coisa definida, dependendo se algum outro fator (evolução) é verdadeiro ou não.

O caso de Plantinga é mais detalhado do que se pode apresentar aqui. Contudo, se seu argumento é correto, então o naturalismo metafísico, incluindo o naturalismo evolucionário, é falso. A questão é a seguinte: se o conhecimento existe e se as faculdades que funcionam apropriadamente são condições necessárias para o conhecimento, logo, se a noção de funcionamento apropriado requer a existência de um planejador dessas faculdades e não pode ser adequadamente compreendido em termos estritamente naturalísticos, conclui-se, então, que o naturalismo metafísico é falso.

Plantinga acredita que a crença em Deus é apropriadamente básica, não apenas com respeito à justificação, mas também quanto à garantia. Para Plantinga, a justificação envolve obediência às exigências epistêmicas individuais ou a posse de uma sólida estrutura noética de crenças. A garantia, por sua vez, é a propriedade que converte simples crenças verdadeiras em conhecimento, quando é possuída num grau suficiente. Plantinga considera que o teísta está não apenas dentro de seus direitos epistêmicos de acreditar em Deus sem prova conclusiva, mas que ele realmente sabe, à parte de qualquer evidência, que Deus existe. Com o objetivo de mostrar que tal ponto de vista é sustentável, Plantinga apresenta seu modelo epistemológico de crença religiosa. Para tanto utiliza o ensinamento



de João Calvino, a saber: "Existe dentro da mente humana, e verdadeiramente por instinto natural, uma consciência da divindade. [...] Um senso de divindade inapagável está gravado na mente dos homens" (*Institutas* 1.3.1,3). Plantinga propõe que "Existe um tipo de faculdade ou mecanismo cognitivo - ao qual Calvino chama de *sensus divinitatis* ou percepção da divindade - que, numa enorme gama de circunstâncias, produz nossas crenças sobre Deus".¹⁷ Plantinga também fala do *sensus divinitatis* como "uma disposição ou um conjunto de disposições para formar crenças teístas ou estímulos que disparam o funcionamento da percepção da divindade".¹⁸ Assim como crenças perceptivas do tipo "Existe uma árvore" não são baseadas em argumentos de crenças ainda mais básicas, mas surgem espontaneamente quando se está em circunstâncias nas quais uma árvore parece estar ali, do mesmo modo, a crença "Deus existe" surge espontaneamente quando se está em circunstâncias apropriadas, tais como em momentos de culpa, gratidão ou maravilha diante da grandeza da natureza, como resultado da obra do *sensus divinitatis*. Plantinga enfatiza que a existência de Deus não é inferida com base em tais circunstâncias, pois tal argumento seria inadequado. Em vez disso, as circunstâncias formam o contexto no qual o *sensus divinitatis* opera para produzir uma crença básica em Deus. Assim, a crença em Deus não é arbitrária; ela está fundamentada pelas circunstâncias apropriadas e, assim, é apropriadamente básica. Conseqüentemente, se tal modelo de crença teísta for verdadeiro, o teísta, cuja crença foi produzida da maneira descrita, não viola nenhuma exigência epistêmica ao acreditar; em razão disso, é justificado por acreditar que Deus existe.

Ocorre que, freqüentemente, se é justificado por sustentar crenças que se revelam falsas (por exemplo, o objeto que eu pensava ser uma árvore revela-se uma imitação em papel machê). Desta forma, a crença de que Deus existe não seria simplesmente justificada, mas garantida, e, portanto, conhecimento. Porém isto depende do que a garante.

¹⁷ Cf. PLANTINGA, A. *Warranted Christian belief*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 172.

¹⁸ *Ibidem*, p. 173



3.4. CRENÇA GARANTIDA

No primeiro volume de sua trilogia sobre a garantia (*warrant*), Plantinga examina e critica as principais teorias da garantia oferecidas por epistemólogos atuais, tais como a deontologia, o coerentismo, entre outros. De acordo com Moreland, o método de Plantinga de expor a inadequação de tais teorias é construir experimentos ou cenários de pensamento nos quais todas as condições para a garantia estipuladas por uma teoria são satisfeitas e, mesmo assim, argumenta que o sujeito em questão não possuiria o conhecimento da proposição na qual acredita, pois suas faculdades cognitivas não estariam funcionando adequadamente na formação da crença. Desta forma, a falha comum sugere que a garantia racional envolve inerentemente a noção de adequado funcionamento das faculdades cognitivas do sujeito.¹⁹ Isto levanta o problema do significado da expressão "funcionar adequadamente" em relação às faculdades cognitivas de uma pessoa. É nesse momento que Plantinga contrapõe as principais linhas epistemológicas ao propor uma explicação tipicamente teísta da garantia racional e do funcionamento adequado, a saber, que as faculdades cognitivas de alguém estão funcionando adequadamente somente se estiverem funcionando da maneira como Deus as planejou. Plantinga resume as condições para a garantia da seguinte maneira:

Essa visão pode ser expressa, num primeiro momento, da seguinte forma: S conhece p se (1) a crença de p é produzida em S por meio das faculdades cognitivas que estão funcionando adequadamente (trabalhando como elas deveriam trabalhar, sem sofrer de qualquer disfunção); (2) o ambiente cognitivo no qual p é produzido é adequado para aquelas faculdades; (3) o propósito do módulo das faculdades epistêmicas que produzem a crença em questão é produzir crenças verdadeiras (alternativamente, o módulo do projeto que governa a produção de p tem o objetivo de produzir crenças verdadeiras) e (4) a probabilidade objetiva de uma crença ser verdadeira, dado o fato de que ela é produzida debaixo dessas condições, é alta.²⁰

A idéia básica da exposição de Plantinga é que uma crença é garantida para uma pessoa no caso de suas faculdades cognitivas, ao formarem a crença, estarem funcionando num ambiente apropriado conforme planejado por Deus para que assim funcionassem. Quanto mais firmemente tal pessoa sustenta a crença em questão, mais

¹⁹ Cf MORELAND, op cit, p. 208.

²⁰ A defense of religious exclusivism. In: POJMAN, Louis (Ed.) *Philosophy of religion*. 3. ed. Belmont, Calif: Wadsworth, 1998, p. 529.



garantia a crença tem para ela. Se ela acredita de maneira suficientemente firme, a crença tem suficiente garantia de se tornar conhecimento.

3.5. CRENÇA DE QUE DEUS EXISTE

Com respeito à crença de que Deus existe, Plantinga sustenta que Deus constituiu o ser humano de tal maneira que ele naturalmente forma tal crença sob certas circunstâncias. Uma vez que a crença é assim formada por faculdades cognitivas funcionando de modo adequado, dentro de um ambiente apropriado, ela é garantida. Além disso, segundo pensamento teísta, à medida que as faculdades não são destruídas pelos efeitos noéticos do “pecado”, pode-se acreditar profunda e firmemente na proposição da existência divina, de modo que se pode dizer, em virtude da garantia resultante dessa crença, que se sabe que Deus existe.

Desse modo, sustenta Plantinga, se o seu modelo é verdadeiro, então a crença teísta é tanto justificada quanto garantida. No entanto, a crença teísta é garantida dependendo de Deus existir ou não. Se ele não existe, então a crença teísta provavelmente não é garantida. Se ele existir, então Plantinga acredita que ela é garantida,

e, se é assim, a coisa natural a se pensar é que ele nos criou de maneira tal que viéssemos a sustentar tais crenças verdadeiras, como a de que existe uma pessoa como Deus. [...] E, se *isso* é assim, então a coisa natural a se pensar é que os processos cognitivos que *realmente* produzem crença em Deus têm o objetivo, criado por seu projetista, de produzir tal crença. Mas, então, a crença em questão será produzida por faculdades cognitivas funcionando adequadamente de acordo com um projeto bem-sucedido que objetivava a verdade: ela, portanto, terá garantia.²¹

Em síntese, a questão sobre a garantia da crença em Deus é, em sua base, não epistemológica, mas, em vez disso, metafísica ou teológica. A questão “não pode ser decidida apenas pelo atendimento de considerações epistemológicas; em resumo, não é meramente uma discussão epistemológica, mas uma discussão ontológica ou teológica”.²² O que decorre desse pensamento é que não existem objeções *de jure* à crença teísta independente da questão *de facto* se o teísmo é verdadeiro.

²¹ *Warranted Christian belief*, op cit. p. 188-9

²² *Ibidem*, p. 190



3.6. GARANIA INTERNA

Se não existe objeção *de jure* à crença teísta, será preciso tratar do problema das crenças especificamente cristãs, e até mesmo estar justificado e garantido em sustentar o teísmo cristão. Para responder a esta inquietação, Plantinga estende seu modelo para incluir não apenas o *sensus divinitatis*, mas também o testemunho interior ou aquilo que chama de a inspiração do Espírito Santo.

Para Plantinga, o pecado trouxe desastrosas conseqüências cognitivas e afetivas. Assim o *sensus divinitatis* foi danificado e deformado, e sua expressão, silenciada. Além disso, os sentimentos foram distorcidos, de modo que o ser humano resiste às mudanças promovidas pelo *sensus divinitatis* que de alguma forma ainda perduram em seu interior, tornando-o centralizado em si mesmo. Neste sentido, Moreland afirma que

É aqui que o testemunho interior ou a inspiração do Espírito Santo entra em cena. Deus, em sua graça, precisava encontrar uma maneira de nos informar sobre o plano da salvação que ele disponibilizara e optou por fazer isso através (1) das Escrituras, inspiradas por ele e que delineiam as grandes verdades do evangelho; (2) da presença e da ação do Espírito Santo, que repara o dano cognitivo e afetivo causado pelo pecado, capacitando-nos desse modo a entender e acreditar nas grandes verdades do evangelho; e (3) da fé, que é a principal obra do Espírito Santo produzida no coração dos crentes.²³

Quando uma pessoa é informada sobre as grandes verdades do evangelho, o Espírito Santo produz naquela pessoa, se ela estiver disposta, o assentimento a essas verdades. A inspiração do Espírito Santo é, portanto, “uma fonte de crença, um processo cognitivo que produz em nós a crença nos tópicos principais da história do cristianismo”.²⁴

Na visão de Plantinga, a inspiração interior do Espírito Santo é uma analogia próxima de uma faculdade cognitiva pelo fato de que ela também é um “mecanismo” de formação de crença. Assim, as crenças formadas por esse processo satisfazem as condições de garantia: elas são produzidas pelo processo cognitivo em funcionamento adequado; o ambiente no qual alguém se encontra, incluindo a contaminação cognitiva operada pelo pecado, é o ambiente cognitivo para o qual este processo foi planejado; o

²³ MORELAND, op cit, p. 210.

²⁴ Ibidem, p. 206.



processo é planejado para produzir crenças verdadeiras; e, as crenças produzidas por ele, a saber, as grandes verdades do evangelho, são de fato verdadeiras, de modo que o processo é bem-sucedido em produzir crenças verdadeiras. Portanto, alguém pode dizer que é capaz de conhecer as grandes verdades do evangelho por meio da inspiração do Espírito Santo.²⁵

Plantinga afirma que "de acordo com o modelo, as verdades centrais dos evangelhos são auto-autenticadas",²⁶ isto é, "que para serem aceitas, elas não precisam obter sua evidência ou garantia por meio da base evidencial de outras proposições".²⁷

Mais uma vez, portanto, Plantinga conclui que, se o cristianismo é verdadeiro, ele provavelmente tem garantia de modo similar à maneira descrita no modelo.

Além do mais, a maneira típica de se apropriar dessa restauração é por meio da fé que, naturalmente, envolve a crença [...] nas grandes coisas do evangelho. Se é assim, porém, Deus desejaria que fôssemos capazes de ter consciência dessas verdades. E se é *dessa* maneira, a coisa natural a se pensar é que o processo cognitivo que realmente produz crença nos elementos centrais da fé cristã tem o objetivo, por parte do seu criador, de produzir tal crença.²⁸

Muito mais coisas poderiam ser ditas sobre a epistemologia religiosa de Plantinga, tais como sua afirmação de que ela constitui um tipo de argumento teísta, uma vez que nenhuma posição naturalista sobre a garantia e, em particular, sobre o funcionamento adequado está disponível, ou sua afirmação de que o naturalismo não pode ser racionalmente afirmado, uma vez que o naturalista não pode ter confiança de que suas faculdades cognitivas produzem crenças verdadeiras em oposição às crenças meramente conducentes à sobrevivência; mas o que foi dito oferece um quadro geral de sua epistemologia.

²⁵ Cf. MORELAND, op cit, p.

²⁶ Plantinga, apud, Moreland, p. 261.

²⁷ Ibidem, p. 262.

²⁸ Ibidem, p. 285.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será a epistemologia religiosa de Plantinga, exposta neste trabalho, a melhor proposta para se pensar a racionalidade da crença em Deus? Para esta pretensa avaliação torna-se necessário observar que Plantinga dedicou-se a dois projetos nesta caminhada. Um deles público e outro, pessoal e cristão. Seu projeto público objetivou mostrar que não há razão para pensar que a fé cristã necessite de justificação, racionalidade e garantia, além da pressuposição de falsidade do Cristianismo. Assim a mais comum objeção lançada contra o sucesso de seu projeto público é que ele leva ao relativismo radical. Dito de outra forma, se acreditar em Deus ou no cristianismo pode ser apropriadamente básico, então qualquer crença, alega-se, tal como a crença de Linus na Grande Abóbora,²⁹ também pode ser apropriadamente básica. Com respeito à justificação, a alegação é, de fato, verdadeira. Pode-se imaginar alguém colocado em circunstâncias nas quais a crença na Grande Abóbora fosse justificada para Linus de uma maneira apropriadamente básica. Por exemplo: talvez os pais de Linus garantissem a ele a existência da Grande Abóbora, do mesmo modo que alguns pais dignos de confiança garantem a seus filhos a existência do Papai Noel. Uma vez que as crenças fundamentadas em testemunho são apropriadamente básicas na análise de Plantinga, o que decorre disso é que a crença de Linus na Grande Abóbora é, em tais circunstâncias, apropriadamente básica com respeito à justificação. Porém, uma crença apropriadamente básica com respeito à justificação deve estar adequadamente fundamentada nas circunstâncias, e, para a maioria das pessoas, a crença na Grande Abóbora não está. Pode-se dizer ainda que a crença na Grande Abóbora não é, de modo algum, deduzida com base na epistemologia de Plantinga como apropriadamente básica com respeito à garantia. O simples fato de certas crenças serem apropriadamente básicas com respeito à garantia de modo algum implica que qualquer crença selecionada arbitrariamente também seja garantida desta maneira. No caso de Linus, o ambiente cognitivo não é apropriado, porque estão lhe ensinando uma mentira; sua crença, portanto, não é garantida. Desse modo, mesmo que, de acordo com a teoria de Plantinga, Linus esti-

²⁹ Linus é um personagem do cartunista Charles Schulz, criador do *Snoopy*. Modelo da insegurança, Linus busca se apoiar em elementos externos para se auto-afirmar. Além de seu inseparável cobertor e de sua televisão, ele também busca apoio na “Grande Abóbora”, personagem mítico que aparece no Dia das Bruxas.



vesse dentro de seus direitos racionais de acreditar na Grande Abóbora, o resultado não será seu conhecimento da existência da Grande Abóbora.

É interessante destacar a observação de Moreland de que Plantinga realmente admite aos praticantes de outras religiões teístas argumentar, tal como os cristãos e com igual irrefutabilidade, que, uma versão islâmica do modelo de Plantinga seja epistemologicamente possível e filosoficamente irrefutável, dada a verdade do Islã, e, também, que ela seja provavelmente garantida de uma maneira similar àquela descrita no modelo, se o Islã for verdadeiro. Esta conclusão mostra que não existe objeção *de jure* a outras profissões de fé teístas, independente das objeções *de facto* que lhe são colocadas. Talvez o fato mais significativo seja que tal concessão não é feita a qualquer conjunto de crenças; Por exemplo, de acordo com a visão de Plantinga, ela não se sustenta no naturalismo. Pois, se o naturalismo é verdadeiro, então não é provável que os mecanismos de formação de crenças sejam confiáveis, uma vez que eles não objetivam a verdade, mas simplesmente a sobrevivência. Desse modo, embora os adeptos de outras religiões teístas possam argumentar convincentemente em favor de suas religiões aquilo que Plantinga argumenta em favor da crença cristã, o mesmo não pode ser dito para aquilo que, no mundo acadêmico ocidental, é a principal alternativa à crença cristã atual.³⁰

O projeto particular de Plantinga procura fornecer uma explicação epistemológica da crença cristã com base numa perspectiva cristã. Neste sentido, o objetivo de seu projeto é mostrar que, se o cristianismo é verdadeiro, então o modelo epistemológico religioso de Plantinga é verdadeiro. Toda a intrincada maquinaria concernente ao funcionamento apropriado, ao ambiente cognitivo, ao plano projetado, juntamente com a descrição cheia de nuances do *sensus divinitatis* e a inspiração interior do Espírito Santo, não desempenham papel algum no argumento. De fato, tudo o que se tem é que se Deus existisse, então ele quererá que fosse conhecido e, dessa forma, providenciaria os meios para isso. Assim, se o cristianismo é verdadeiro, é muito provável que seja garantido. Mas, com tal conclusão, o evidencialista cristão concordaria, adicionando que seria muito

³⁰ Cf MORELAND, op cit, p. 213.



provável que Deus tenha dado as provas de sua existência de tal modo que todas as pessoas culpáveis pudessem extrair uma referência garantida de que Deus existe.³¹

Observou-se, desta forma, que o argumento Plantinga mostra que, primeiramente, se a crença teísta cristã é verdadeira, então ela é garantida. Seguindo esta afirmação, Plantinga também assevera, como segunda premissa, que é provavelmente verdadeiro que se a crença teísta cristã é verdadeira, o modelo ou alguma coisa similar a ele é correta. Ocorre que, utilizando as regras da lógica, aparentemente, Plantinga não fornece nenhum argumento que apóie esta asserção. Pois, refletindo sobre as duas afirmações acima, poderia Plantinga desejar inferir a segunda da primeira com a ajuda da premissa assumida, a terceira, de que se a crença teísta cristã é garantida, o modelo ou alguma coisa similar a ele é correta.

Por meio do silogismo hipotético, a segunda extrai validade da primeira e da terceira. Ora, Plantinga argumenta, por fim, contra uma proposição enganosamente similar a terceira, na qual sugere uma quarta premissa, que se a crença teísta cristã é garantida, então a crença no modelo ou em alguma coisa similar é garantida.

Plantinga é bastante claro sobre a crença teísta cristã poder estar garantida, mas não sobre poder estar garantidos em crer no modelo. Realmente, para a maioria dos cristãos, especialmente aqueles que desconhecem o pensamento de Plantinga, sua crença teísta cristã é garantida e, ainda assim, não têm nenhuma garantia para crer no modelo de Plantinga. Mas, embora Plantinga rejeite a quarta premissa, parece que ele deve achar que a terceira é irrefutável. Realmente, parece que a terceira é a premissa crucial que diferencia a visão de Plantinga das visões dos evidencialistas, dos autoritaristas e de outros. Mas até onde se pode dizer, Plantinga não fornece nenhum argumento que a apóie.

Na ausência de qualquer argumento filosófico favorável a terceira premissa, o cristão, ao avaliar a capacidade do modelo de Plantinga em explicar como os crentes são garantidos em sua crença cristã, Moreland sugere que se deve voltar para as Escrituras e para a experiência cristã com o objetivo de julgar o modelo através de sua proximidade ao modelo proclamado por ambas.³² Porém, o modelo parece necessitar de importantes

³¹ Cf. MORELAND, p. 214.

³² Cf MORELAND, op cit p. 215



modificações, como por exemplo, a postulação do *sensus divinitatis* feita por Plantinga. É digno de nota o fato de Plantinga fazer uma má interpretação de Calvino nesse aspecto. Quando o reformador francês falou de uma percepção inata em relação à divindade, ele quis dizer uma consciência de Deus, assim como se fala de um sentimento de temor, ou de sentir um pressentimento, ou da sensação de estar sendo observado.³³ Mas Plantinga advoga que Calvino está falando de uma *faculdade* cognitiva semelhante ao sentido de visão, de audição ou de tato. Nada em Calvino apóia a idéia de que se tem um mecanismo cognitivo inato especial que produz crença em Deus. Contudo, o próprio Plantinga enfatiza que o modelo é dele, e não de Calvino. Também nas Escrituras, não há qualquer sugestão de uma faculdade especial da alma que tenha sido planejada para produzir crença em Deus. Sobre o apelo à experiência cristã, a dificuldade reside no fato de que é impossível fazer uma distinção experimental entre um *sensus divinitatis* inato e o *testimonium Spiritu Sancti intemum* (testemunho interior do Espírito Santo). Qualquer consciência de Deus que alguém possa ter experimentado pode ser tão plausivelmente atribuída à obra do Espírito Santo quanto a uma inata percepção da divindade. O ensinamento das Escrituras se inclina contra a postulação de um *sensus divinitatis*, e a experiência cristã não faz questão dele.

A doutrina de Plantinga quanto à inspiração interior do Espírito Santo é referendada pelas Escrituras Sagradas. Mas nada nas Escrituras apóia a surpreendente afirmação de Plantinga de que o testemunho do Espírito é dado somente em resposta ao pecado e à queda dos homens. A interpretação de Plantinga sobre o testemunho do Espírito Santo resulta de sua doutrina do *sensus divinitatis*, uma faculdade cognitiva funcionando adequadamente antes da queda do homem, mas depois danificada pelos efeitos noéticos da Queda - uma doutrina que não encontra apoio nas Escrituras.³⁴

Um modelo assim modificado parece mais adequado do que o original de Plantinga para servir aos cristãos como explicação da garantia da crença cristã. Todavia, ele está tão perto da abordagem de Plantinga que parece correto dizer que, se a crença cristã é verdadeira, seu modelo ou uma coisa bastante similar a ele é provavelmente correto.

³³ Cf MORELAND, op cit. p. 215.

³⁴ Plantinga retrata de maneira inconsistente o *sensus divinitatis* tanto operacional atualmente como parte da tênue imagem de Deus destruída na queda do homem por causa do pecado, e não apenas danificada. Cf PLANTINGA, *Warranted Christian Belief*, p. 201-205.



Os argumentos pragmáticos favoráveis ao teísmo podem ser tanto dependentes da verdade, como no caso da aposta de Pascal, ou independentes da verdade, como no caso de *A disposição para crer*, de James. Tais argumentos, se bem-sucedidos, mostram que a crença teísta pode ser prudente.

Grandes avanços foram feitos na última geração no que se refere à epistemologia religiosa. Verificou-se que a epistemologia reformada, cujo mais destacado expoente é Alvin Plantinga, ataca diretamente o evidencialismo. Resumidamente pode-se afirmar que Plantinga fornece um modelo epistemológico com o objetivo de mostrar que não existe objeção *de jure* à crença cristã e fornece uma explicação da crença cristã garantida. Ele afirma que seu modelo é epistemologicamente possível e filosoficamente irrefutável, dada a verdade do cristianismo, e provavelmente verdadeiro se o cristianismo for verdadeiro - afirmações que poderiam também ser convincentemente lançadas pelos adeptos de certas religiões teístas não-cristãs, mas não pelos naturalistas. Assim, o modelo, supracitado, apela para uma faculdade cognitiva, o *sensus divinitatis*, para explicar de que maneira a crença em Deus é apropriadamente básica com respeito tanto à justificação quanto à garantia, sendo a última analisada em termos do funcionamento adequado de nossas faculdades cognitivas. Com o objetivo de explicar quanto uma crença cristã fundamental é similarmente apropriadamente básica, o modelo apela para o testemunho do Espírito Santo, para as verdades enunciadas nas Escrituras e sua inspiração interna de fé no crente.

De fato há muito a ser discutido a respeito das possíveis críticas à teoria de Plantinga. Porém, cabe destacar ainda que, de acordo com Plantinga, o fundacionismo, tanto o clássico como o moderno, tem construído seus critérios de justificação ex-cátedra e deontologicamente. De igual forma, se pode pensar no tipo de crítica ao teísmo que se encontra nas diversas formas de subjetivismo epistemológico, desde Descartes, passando pela crítica kantiana, até boa parte do pensamento hermenêutico, bem como nas diversas formas de filosofia da religião e de teologia que assumem o dever ascético de purificar a experiência cognitiva para ganhar o “céu” epistemológico da ciência.

Deixando os limites estritamente lógico-analíticos do problema, pode ser levantada ainda uma séria questão a respeito das raízes dessa operação. A emergência do paradigma



internalista-deontologista no Ocidente foi consolidada com o iluminismo.³⁵ Interpretando o fundacionismo como parte do projeto cultural humanista, percebe-se que ele responde adequadamente ao desejo de controlar o conhecimento e as crenças; e ainda que os critérios para otimizar e purificar as crenças humanas obedecem à expectativa de que a razão autônoma seja capaz de estabelecer os critérios adequados para esse controle. Em última instância, o fundacionismo funcionou como uma ideologia racionalista e secularista, destinada a controlar a “irracionalidade”, representada principalmente pela religião. Seria uma espécie de “muro de Adriano”, destinado a manter a barbárie fora do espaço público. O colapso do fundacionismo clássico e das noções modernas de racionalidade e de liberdade sinaliza o fim do ideal humanista do *homo autonomus* e testemunha o avanço do fundamentalismo religioso – as hordas tão temidas pelos modernos. Sem dúvida, há um fundamentalismo religioso, mas essa imagem das “pessoas religiosas” poderia ser meramente uma construção humanista destinada à proteção do *homo autonomus*. Mais do que isso, o desvelamento do conflito fundacionista com a religião, como um choque de afirmações de poder, faz perceber o humanismo secular como uma forma alternativa de religiosidade, uma espécie de outro do fundamentalismo religioso.

O fato é que a emergência do externalismo, a naturalização da epistemologia e, agora, a readmissão da experiência religiosa como fonte de conhecimento, isto é, da crença religiosa como tendo status epistêmico positivo, mais do que brechas no “muro de Adriano” do humanismo secular, representam a irrupção positiva de certa “irracionalidade” no espaço culto.

A consciência da motivação violenta do programa cultural moderno não é um fato novo, obviamente. É um mérito de Plantinga, no entanto, o descobrimento das conseqüências propriamente epistemológicas do programa humanista no domínio do paradigma internalista-deontológico que construiu, porque precisava construir, a crença em Deus como irracional ou de valor puramente privado e não cognitivo. Não é que as

³⁵ A característica central do iluminismo foi a tentativa de implementar um projeto antropológico baseado na autonomia humana, tutelada pela autonomia da razão. Plantinga sugere (...) que, antes do início do período moderno, a epistemologia era externalista, com Aristóteles e Aquino (mas não Agostinho) sendo os exemplos típicos. Eles não eram muito auto-conscientes disso (...). Descartes e Locke inauguraram a filosofia moderna, com a epistemologia tomando precedência sobre a metafísica e a lógica, revertendo a ordem medieval, e o internalismo que eles esposaram conduziu tudo depois deles, até a metade do século XX” Cf. MURPHY, 2002, p. 104.



epistemologias construídas ex-cátedra não tenham nenhum valor, mas precisam ser relativizadas frente à descrição indutiva da experiência cognitiva.

É necessário repensar a relação entre razão e experiência, sem desistir, necessariamente, das reflexões ontológicas e transcendentais. Mas, se o reconhecimento da racionalidade da crença em Deus, e de outras crenças religiosas, e sua admissão como expressões legítimas de conhecimento constituem uma contradição de fato, por exemplo, com as críticas de espírito kantiano à cognoscibilidade de Deus ou às tentativas de isolamento entre crenças científicas e crenças religiosas, isto pouco importará, não porque seja sensato ignorá-las, mas simplesmente porque não há razão capaz de domar a natureza ou de circunscrever a experiência humana.

No fundo, concorda-se com Carvalho³⁶ ao afirmar que

se a crença em Deus for mesmo apropriadamente básica, a rejeição moderna ao teísmo terá sido uma experiência de auto-repressão religiosa, a batalha inglória, e desde o início perdida, de um ascetismo epistemológico doentio contra a insidiosa tentação cognitiva da experiência humana de Deus” (CARVALHO, 2006, p.111)

Enfim, a partir destas articulações do paradigma internalista-deontológico, não se deveria “saber Deus” num sentido plenamente epistêmico, mas ainda assim se sabe.

³⁶ CARVALHO, Guilherme. A basicidade da crença em Deus em Alvin Plantinga. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 97-113, jun. 2006. p. 111.



REFERÊNCIAS

BLACKBURN, S. Como é a Filosofia Analítica Possível? In: *Disputatio* nº 4, pp 3-24, tradução de Desidério Murcho, 1998.

CARVALHO, Guilherme. *A basicidade da crença em Deus em Alvin Plantinga*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 97-113, jun. 2006.

FONSECA, João. *De que falamos quando falamos em filosofia analítica?* Artigo, revista do instituto de filosofia da linguagem da universidade nova de Lisboa. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/pessoal/jalesribeiro/livro_para_compreender.htm.

HOITENGA, Dewey J. *Faith and reason from Plato to Plantinga: an introduction to reformed epistemology*. Albany: State University of New York Press, 1991.

MORELAND, J.; CRAIG, W. *Filosofia e cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida nova. São Paulo, 2005.

MURPHY, James G. *Warranted christian belief: A. Plantinga*. Milltown Studies, v. 50, 2002.

NICOLA, U. *Antologia ilustrada de filosofia*. São Paulo: Globo, 2005.

PASCAL, B. *Pensamentos*. Verona: Demetra, 1995.

PLANTINGA, Alvin. Introduction: the Evolutionary Argument against Naturalism e Reply to Beilby's Cohorts, In: BEILBY, James (ed.) *Naturalism Defeated, Essays on Plantinga's Evolutionary Argument Against Naturalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2002.

_____. *Warranted Christian Belief*. Oxford/New York: OUP, 2000.

_____. Reformed Epistemology, in: QUINN, P. & TALIAFERRO, C. (eds.) *A Companion to Philosophy of Religion*. Oxford: Blackwell, 1999. p. 383-389.

_____. *Warrant: the Current Debate*. New York/Oxford: OUP. 1993



_____. *Warrant and Proper Function*. New York/Oxford: OUP. 1993

_____. Reason and Belief in God, in: PLANTINGA, Alvin & WOLTERSTORFF, Nicholas (eds.). *Faith and Rationality: Reason and Belief in God*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press. 1983.

RECANATI, F. Pela Filosofia Analítica. In *Crítica* nº 10, pp 5-38, tradução de Fernando Martinho, 1993.

RORTY, R. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Publicações Dom Quixote, tradução de Jorge Pires, 1988.

SCRIVEN, Michael. *Primary Philosophy*. New York: McGraw-Hill, 1966.

TALLIAFERRO, Charles. *Filosofia da religião*. In: BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. (Org.). *Compêndio de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2002.